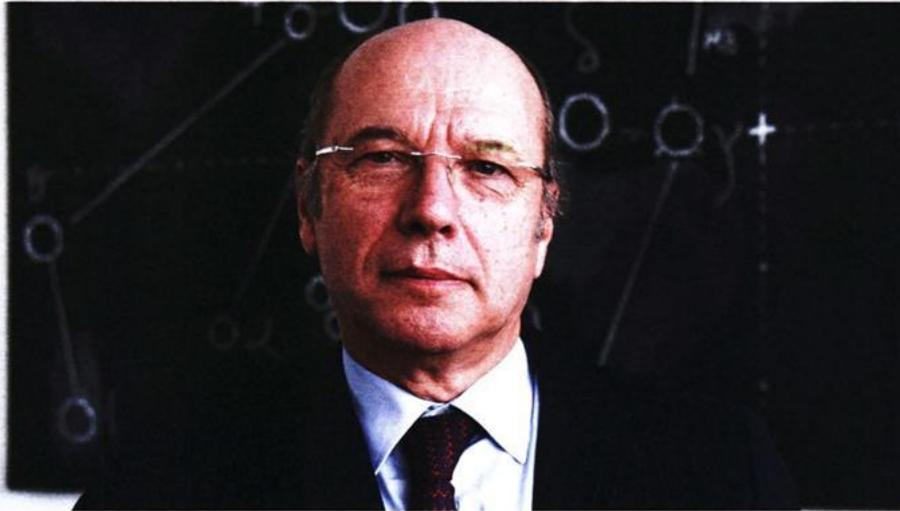




## Perspectivas



• **José Soares Machado:** «Se há um legislador que passa a vida a fazer leis mal feitas, isto origina dezenas, centenas, milhares de processos.»

# Demasiadas leis, demasiado perfeitas

Os tribunais costumam estar no centro das críticas, mas não é deles a responsabilidade de haver leis que muitos não entendem e raras vezes são aplicadas. João Vieira de Almeida e José Carlos Soares Machado, advogados, não hesitam em apontar culpas aos legisladores.

≡ Helena Rua  
≡ Sandra Gonçalves

**T**emos demasiadas leis em Portugal. Tudo quanto é em excesso acaba por ter efeitos perversos. Desde logo porque torna o sistema legal imprevisível — não apenas para o cidadão comum, mas para os próprios operadores judiciários. João Vieira de Almeida, um advogado que conhece bem os meandros jurídicos, confirma. E ironiza: «Há demasiadas leis, demasiado complexas

e demasiado perfeitas. Há leis que não são nada fáceis de entender, nem sequer para os próprios agentes da Justiça.»

O problema, quase sempre, é a sua aplicação prática. Vieira de Almeida concretiza, em declarações ao DIA15: «A Noruega e nós temos a melhor lei do ruído da Europa, mas depois nada disto tem qualquer aderência à realidade, porque não existem meios para aplicar a lei, para verificar a aplicação da lei, para impor a aplicação da lei.»

Outro advogado, José Carlos Soares Machado, observa que os legisladores incompetentes são, em grande parte, respon-

sáveis pela má fama do funcionamento dos tribunais.

«Ninguém fala da figura do legislador. Mas se há um legislador que passa a vida, sistematicamente, a fazer leis mal feitas — que têm uma solução desadequada ou cuja redação não seja a melhor, isto origina dezenas, centenas, milhares de processos», afirma ao DIA15 este causídico, sócio da SRS Advogados e presidente do Círculo de Advogados de Contencioso.

Esta avalanche de processos, admite, «até pode ser boa para os advogados», que aproveitam a ambiguidade das normas legais e podem aproveitar-se das respectivas lacunas, em benefício dos clientes que representam. Mas transmite uma imagem negativa da nossa arquitectura jurídica.

Representada por uma figura feminina com os olhos vendados, a Justiça está demasiado virada para dentro de si própria. O que tende a perpetuar vícios e erros.

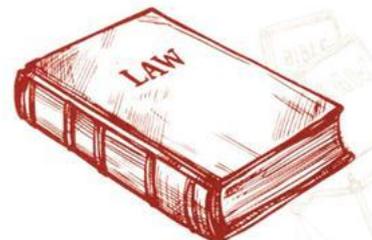
João Vieira de Almeida considera que «o tema da auto-regulação devia ser completamente virado de cabeça para baixo, desde os advogados até aos juízes, que formam subsistemas que não falam entre si e a maior parte das vezes digladiam-se». E perpetuam-se também porque é a melhor forma de se defenderem. «Ninguém tem interesse que mudem, eles são auto-regulados, estão fechados. Logo, é impossível parti-los e pô-los a funcionar numa base colaborativa em cima de princípios de eficiência, de resultado, de substância.»

O managing partner da Vieira de Almeida & Associados (VdA), uma das maiores

sociedades de advogados em Portugal, é cáustico no escrutínio das falhas existentes no nosso sistema judicial.

«Praticamente não existe no nosso país, pelo menos em tudo aquilo que envolve o Estado, uma avaliação de mérito, que permita distinguir o trigo do joio. O que acontece é que estes sistemas perpetuam-se como forma de se defenderem. Logo, é impossível parti-los e pô-los a funcionar numa base colaborativa em cima de princípios de eficiência, de resultado e de substância», assinala.

**O mundo está longe de ser perfeito. E a Justiça, enquanto reflexo do mundo, também não é perfeita**





No início do ano, diversos representantes das corporações judiciárias - juizes, procuradores, advogados, funcionários e solicitadores - sugeriram a celebração de um pacto de Justiça, correspondendo a um repto lançado pelo Presidente da República. Propuseram, nomeadamente, amplas modificações nos mecanismos de cobrança, penhoras e vendas, alterações nos regimes de custas e implementação de mecanismos de agilização da investigação e repressão criminal no crime económico-financeiro, com a contratação de assessorias técnicas.

Há quem sugira também, no prolongamento deste pacote de propostas, a celebração de um pacto de justiça entre os partidos políticos que vigore pelo menos durante duas legislaturas, com medidas de fundo destinadas a tornar o sistema mais estável e previsível.

Vieira de Almeida não tem objecções de fundo, mas mostra algum cepticismo: «Dependeria do que lá estivesse escrito. É preciso haver vontade política para impor estas mudanças, mas há aqui muita coisa que tem de começar pela formação, pela base. Deve haver um número suficiente de gente, na base do sistema, disposta a mudar as coisas.»

Soares Machado lembra, a propósito, que já há muitos anos vem defendendo a criação da figura do gestor do tribunal. E explica porquê.

«Ter um tribunal gerido por um juiz, como acontece tradicionalmente, é absurdo; um juiz não é um gestor. E ter um gestor como deve ser à frente de um tribunal custa dinheiro, mas como ninguém faz contas, as pessoas não percebem que acabam por gastar muito mais em recursos e em equipamentos por não terem um gestor. Isto custa um dinheirão ao contribuinte.»

E haverá uma justiça para ricos e outra para pobres?

Vieira de Almeida responde negativamente, preferindo outra versão: «O que há é um acesso para ricos e outro para pobres. Isso pode traduzir-se, obviamente, em condições diferentes. Um pode ter uma defesa extremamente bem elaborada enquanto o outro dificilmente a terá. A Justiça é a mesma. O juiz também, embora possa avaliar de modo diferente quem tem à sua frente.»

Para este advogado, numa sociedade caracterizada por desigualdades, apesar de tudo, «a Justiça ainda é aquele sistema onde se pode esperar de um prestador, neste caso de um juiz um tratamento mais equitativo. À partida, um juiz olhará com os mesmos olhos

## Devia ser criada a figura do gestor do tribunal para poupar dinheiro aos contribuintes, defende Soares Machado. «Ter um tribunal gerido por um juiz é absurdo»

e aplicará os mesmos critérios.»

O mundo está longe de ser perfeito. E a Justiça, enquanto reflexo do mundo, também não é perfeita. A "perfeição", no nosso sistema jurídico, começa e acaba em algumas leis. As tais que dificilmente são aplicadas e que muitos, por mais que tentem, não conseguem sequer entender. ●

## Perder tempo e gastar dinheiro

● Litigância de má fé ainda contribui para entupir muitos tribunais. Faltam sanções neste domínio. Mas a carga burocrática tem diminuído.

Há quem aponte o dedo acusador ao alegado excesso de garantias reconhecidas aos arguidos no nosso ordenamento penal, o que leva os processos a arrastar-se durante anos. Será mesmo assim?

«Não acho que o sistema seja excessivamente garantístico. Existe um conjunto de pesos e medidas que se destinam, em última análise, a evitar a condenação de um inocente. Isto deve ser uma prioridade da justiça», observa José Soares Machado. Acontece que os melhores princípios acabam por ser pervertidos ao serem postos em prática: há casos conhecidos de notórios abusos dos direitos processuais postos à disposição dos arguidos que levam à eternização dos casos judiciais, não apenas na fase de inquérito mas também em sede de sucessivos recursos. «Os magistrados têm dificuldade em conter esses abusos, mas podiam contê-los. Tenho defendido muitas vezes, em sessões com magistraturas, que, em vez de serem aumentadas as custas para valores absolutamente exorbitantes e absurdos, como acontece actualmente, haveria várias formas mais adequadas de prestar serviço público, reduzindo o número de processos. Para isso, os magistrados deviam reprimir os abusos praticados, travando - por exemplo - a litigância de má fé, que só faz perder tempo e gastar dinheiro ao Estado. Devia haver sanções mais duras para isto.»

Este advogado acredita firmemente que, «se as pessoas corressesem mesmo o risco de serem condenadas como litigantes de má fé, e sofressem as respectivas consequências, pensariam duas vezes antes de agir dessa forma». Acontece que, como grande parte das pessoas recorrem ao tribunal com apoio judiciário, estando assim isentas do pagamento de custas, isso estimula a litigância de má fé. «Não lhes acontece mesmo nada. Não pagam o advogado, podem estar ali a empatar, a fazer sucessivos requerimentos, e a entupir os tribunais.»

Em duas décadas, porém, deram-se passos firmes para simplificar processos.

O que leva outro advogado, João Vieira de Almeida, a confessar-se optimista: «A gigantesca carga burocrática que tínhamos na vida económica de Portugal há apenas 20 anos reduziu-se brutalmente. A taxa de recuperação conseguiu-se com medidas que entretanto foram tomadas, relacionadas essencialmente com questões processuais: tiraram-se alguns tipos de processos dos tribunais, aceleraram-se outros, como as cobranças... Houve alguma segregação de funções que permitiu que isso acontecesse, tornando as coisas mais rápidas.»

Persiste, claro, muito por fazer - sobretudo no plano estrutural. E o ritmo podia ser mais rápido. Mas a mudança tem vindo a concretizar-se. Neste aspecto, segundo Vieira de Almeida, estamos no bom caminho.



● João Vieira de Almeida: «Há leis que não são nada fáceis de entender, nem sequer para os próprios agentes da Justiça».